

Competências em saúde pública e desenvolvimento sustentável: revisão de escopo

Eduardo Neves da Cruz de Souza¹, Michele dos Santos Hortelan², Maria de Lourdes de Almeida², Juana Elvira Suárez Conejero³, Aida Maris Peres¹

1. Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, Brasil. 2. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu/PR, Brasil. 3. Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, México.

Resumo

Este estudo mapeou e analisou a produção científica sobre as competências necessárias para profissionais de saúde pública atuarem na promoção da saúde, levando-se em conta os objetivos de desenvolvimento sustentável. Trata-se de revisão de escopo, conduzida em abril de 2025, segundo a metodologia do Joanna Briggs Institute, o *Manual for Scoping Reviews* e as diretrizes Prisma-ScR, em oito bases de dados internacionais e regionais. Foram incluídos 16 estudos publicados entre 2016 e 2024, que foram analisados de forma descritiva e organizados em quadros analíticos. Identificaram-se 15 competências, destacando-se articulação intersetorial, promoção da equidade, formulação de políticas públicas e educação para a sustentabilidade. Essas habilidades podem orientar currículos formativos e políticas públicas voltadas à saúde sustentável. Observou-se escassez de estudos em países de baixa renda e heterogeneidade metodológica, recomendando-se maior aprofundamento na educação em saúde pública.

Palavras-chave: Competência profissional. Desenvolvimento sustentável. Gestão de recursos humanos. Nações Unidas. Saúde pública.

Resumen

Competencias en salud pública y desarrollo sostenible: revisión de alcance

Este estudio mapeó y analizó la producción científica sobre las competencias necesarias para que los profesionales de la salud pública actúen en la promoción de la salud, teniendo en cuenta los Objetivos de Desarrollo Sostenible. Se trata de una revisión de alcance, realizada en abril de 2025, de acuerdo con la metodología del Joanna Briggs Institute, el *Manual for Scoping Reviews* y las directrices PRISMA-ScR, en ocho bases de datos internacionales y regionales. Se incluyeron 16 estudios publicados entre 2016 y 2024, que fueron analizados de forma descriptiva y organizados en cuadros analíticos. Se identificaron 15 competencias, entre las que se destacan la articulación intersectorial, la promoción de la equidad, la formulación de políticas públicas y la educación para la sostenibilidad. Estas habilidades pueden orientar los currículos de formación y las políticas públicas dirigidas a la salud sostenible. Se observó una escasez de estudios en países de bajos ingresos y heterogeneidad metodológica, por lo que se recomienda profundizar en la educación en salud pública.

Palabras clave: Competencia profesional. Desarrollo sostenible. Administración de personal. Naciones Unidas. Salud pública.

Abstract

Public health competencies and sustainable development: a scoping review

This study mapped and analyzed the scientific literature on the competencies required for public health professionals to promote health while taking the Sustainable Development Goals into account. This scoping review was conducted in April 2025 according to the Joanna Briggs Institute methodology, the *Manual for Scoping Reviews*, and the PRISMA-ScR guidelines, using eight international and regional databases. Sixteen studies published between 2016 and 2024 were included, descriptively analyzed, and organized into analytical frameworks. Fifteen competencies were identified, particularly intersectoral collaboration, promotion of equity, public policy formulation, and education for sustainability. These skills can guide educational curricula and public policies aimed at sustainable health. A scarcity of studies from low-income countries and methodological heterogeneity were observed, indicating the need for further research on public health education.

Keywords: Professional competence. Sustainable development. Personnel management. United Nations. Public health.

Declararam não haver conflito de interesse.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma iniciativa global lançada em setembro de 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e países-membros. Durante a cúpula sobre a temática, foi aprovada a Agenda 2030, plano de ação com metas a serem alcançadas até 2030.

Tem-se, assim, um chamado universal de ação coletiva para enfrentar os desafios mais urgentes da humanidade, como erradicação da pobreza, promoção da equidade, proteção ambiental e ampliação do bem-estar em escala planetária¹⁻³.

Composto por 17 eixos interdependentes e 169 metas específicas, os ODS abrangem dimensões sociais, econômicas e ambientais interligadas, e propõem visão integrada de desenvolvimento. Entre os temas contemplados estão saúde, educação, igualdade de gênero, trabalho decente, justiça, segurança alimentar, mudanças climáticas, cidades sustentáveis, vida terrestre e marinha, paz e instituições eficazes.

Essas pautas são referencial estratégico para governos, organizações da sociedade civil, setor privado e cidadãos mobilizarem esforços para um mundo mais justo e sustentável^{1,4}.

Nesse contexto, profissionais da saúde, como atores essenciais nos sistemas sociais e ambientais, são convocados a contribuir com os ODS. Para que sua atuação seja qualificada, estratégica e eficaz, é fundamental que tenham as competências profissionais necessárias e alinhadas aos princípios de sustentabilidade, equidade e justiça social⁵.

Neste estudo, adotou-se o referencial conceitual de competência proposto por Brandão⁶, que compreende a articulação de saberes, habilidades e atitudes em contextos situados, orientada à resolução de problemas de forma criativa e integrada⁶.

Esse entendimento supera a ideia de competência como simples repertório de atributos individuais, e valoriza a capacidade de agir de forma crítica, ética e transformadora diante das exigências do mundo do trabalho e da vida em sociedade.

A partir dessa perspectiva, a identificação, descrição e análise das competências contribuem para entender os saberes, habilidades e atitudes necessários a profissionais de saúde pública diante de desafios contemporâneos, complexos, interseoriais e relacionados à saúde global⁷.

Além disso, esse mapeamento ajuda a orientar formação profissional, desenvolvimento de políticas

públicas, avaliação de desempenho e definição de prioridades nas agendas de saúde e desenvolvimento. Analisar competências valorizadas e descritas na literatura científica, em articulação com os ODS, contribui não apenas para qualificar a prática profissional em saúde pública, mas também para consolidar o papel transformador da saúde diante dos desafios da Agenda 2030^{6,8}.

A pandemia de covid-19 revelou fragilidades estruturais das redes de saúde em muitos países e as desigualdades no acesso ao cuidado, especialmente entre populações em situação de vulnerabilidade. A crise sanitária global não apenas colocou em xeque a capacidade de resposta de governos e instituições, mas testou os próprios ODS, escancarando os limites da articulação intersectorial e da preparação para situações de emergência^{7,9}.

Nesse cenário, tornou-se ainda mais evidente a importância de profissionais de saúde pública com habilidades técnicas, éticas, comunicacionais, educativas e políticas para lidar com conjunturas de crise e reconstrução. O compromisso com os ODS demanda não só ações governamentais, mas força de trabalho em saúde preparada para enfrentar desafios globais de forma crítica, integrada e transformadora^{4,8}.

Ampliando essa perspectiva, compreende-se que os 17 ODS propõem visão integrada para superar adversidades de maneira articulada entre setores e territórios. Embora nem todos tenham a saúde como foco principal, todos os ODS estão relacionados a agentes de saúde pública, seja pelo impacto sobre determinantes sociais da saúde, seja pela necessidade de práticas intersectoriais e participativas^{1,3}.

Eradicação da pobreza (ODS 1), segurança alimentar e nutricional (ODS 2), saúde e bem-estar (ODS 3) e educação de qualidade (ODS 4) estão entre os alicerces históricos das políticas públicas sanitárias.

Igualdade de gênero (ODS 5), acesso a água potável e saneamento (ODS 6) e energia limpa (ODS 7) influenciam diretamente ambientes de vida saudáveis. Trabalho decente (ODS 8) e indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9) são essenciais para fortalecer os sistemas de saúde e valorizar profissionais.

Redução das desigualdades (ODS 10), cidades sustentáveis (ODS 11), consumo responsável (ODS 12), ação climática (ODS 13) e preservação da vida aquática e terrestre (ODS 14 e 15) estão ligadas

à saúde planetária. Por fim, paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16) e parcerias globais (ODS 17) são indispensáveis para ambientes democráticos e colaborativos, nos quais a saúde possa prosperar de forma equitativa⁴.

Diversos estudos têm destacado aptidões como liderança, comunicação efetiva, gestão do trabalho e tomada de decisão como centrais para a prática clínica. Além de estruturarem o desempenho cotidiano desses profissionais, essas habilidades se articulam de forma estratégica com os ODS.

Por exemplo, liderança em saúde pública amplia o acesso e reduz desigualdades sanitárias, em consonância com o ODS 3 (saúde e bem-estar); vigilância ambiental e resposta a emergências fortalecem sistemas para eventos climáticos extremos, alinhando-se ao ODS 13 (ação climática). Por sua vez, promoção de equidade e justiça social favorece a igualdade de gênero (ODS 5). Assim, essas competências são essenciais para o avanço da saúde pública em direção à Agenda 2030^{3,4}.

Tendo em vista o protagonismo da saúde nos ODS e a urgência de agentes preparados para os desafios da sustentabilidade, torna-se essencial compreender como as competências voltadas a esse propósito têm sido construídas, descritas e aplicadas na literatura científica. Embora esses objetivos reconheçam explicitamente a saúde como componente transversal, ainda há lacunas quanto à sistematização do conhecimento de habilidades específicas que trabalhadores da saúde pública devem desenvolver para responder às exigências da referida agenda^{8,9}.

A busca na base de dados do Joanna Briggs Institute (JBI) não identificou revisões sistemáticas publicadas ou em andamento que abordem diretamente essa temática, o que reforça a originalidade e a pertinência desta investigação¹⁰. Assim, este estudo teve como objetivo mapear e analisar a produção de conhecimento sobre as aptidões necessárias para trabalhadores da saúde pública promoverem a saúde sustentável com base nos ODS.

Método

Trata-se de revisão de escopo realizada conforme metodologia proposta pelo JBI, orientada pelos principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises (Prisma-ScR, na sigla em

inglês), e registrada na plataforma Open Science Framework (OSF)^{10,11}.

Como critérios de inclusão, foram considerados estudos publicados em qualquer idioma nos últimos dez anos (2015/2025), artigos originais, revisões sistemáticas, revisões de escopo, diretrizes ou relatórios de organizações relevantes.

Além disso, fizeram parte do escopo estudos descritivos, qualitativos ou quantitativos, metodológicos, conceituais e/ou de reflexão, ensaios clínicos randomizados controlados, com delineamento experimental ou quase experimental, indexados em bases de dados, que tratem de competências no contexto da saúde sustentável, alinhadas com os ODS desde a agenda 2030¹¹.

Foram excluídos aqueles sem metodologia definida ou que não tratavam da temática pesquisada, estudos duplicados, opinativos, cartas ao editor e resumos de congressos sem textos completos disponíveis e publicações parciais.

As buscas foram conduzidas em abril de 2025 em oito bases de dados, selecionadas por sua relevância na saúde pública e ciências da saúde: PubMed/MEDLINE, Web of Science, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Lilacs, Embase, CINAHL, SciELO, Redalyc e Scopus. A escolha dessas fontes fundamenta-se na diversidade de publicações pertinentes nacionais e internacionais.

Essas oito bases foram acessadas pelo portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), via rede CAFE, mantida pelo governo brasileiro e reconhecida por reunir coleções abrangentes voltadas à pesquisa científica.

A revisão de escopo procurou responder à seguinte questão: Qual é a produção de conhecimento sobre as competências necessárias aos profissionais de saúde pública para atuarem na promoção da saúde sustentável em relação aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)?

A estratégia de busca, em março de 2025, foi definida pelo primeiro autor com o auxílio de duas bibliotecárias da Universidade Federal do Paraná, a fim de encontrar as melhores combinações entre os descritores em ciências da saúde (DeCS) e os *medical subject headings* (MeSH), associados a operadores booleanos AND e OR, que estabelece a intersecção entre os termos.

A estratégia de busca foi estruturada com base no mnemônico PCC (população, conceito e contexto),

recomendado para revisões de escopo. Para esta revisão, definiu-se como P os profissionais de saúde; como o primeiro C, as competências profissionais; e como o segundo C, desenvolvimento sustentável no âmbito da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A partir desses componentes, foram definidos os descritores e termos utilizados na estratégia de busca.

Os descritores e operadores booleanos foram associados para abranger diferentes terminologias: “pessoal da saúde *or* prestadores de cuidados de saúde *or* profissionais da saúde *or* profissionais de saúde *or* profissional da saúde *or* profissional de saúde *or* trabalhador da saúde *or* trabalhador de saúde *or* trabalhadores da saúde *or* trabalhadores de saúde *or* competência profissional *or* competências *or* habilidades *or* skills *or* capacidades and

desenvolvimento sustentável *or* Agenda 2030 *or* agenda de desenvolvimento pós-2015 *or* objetivos de desenvolvimento sustentável”.

Essa estratégia também foi adaptada para o inglês e espanhol, conforme demonstrado no protocolo PRISMA, e detalhada como consta no protocolo registrado em OSF. Os resultados obtidos foram exportados para a plataforma *on-line* Rayyan QCRI, em formato CIW/RIS, o que possibilitou identificar automaticamente duplicatas.

A partir dos critérios definidos, dois revisores selecionaram os artigos de maneira independente. A triagem foi dividida em duas fases: leitura dos títulos e resumos e, posteriormente, análise integral dos textos, a fim de verificar sua conformidade. Em situações de divergência, um terceiro pesquisador foi convocado para deliberar sobre a inclusão.

Figura 1. Fluxograma de seleção de artigos



As informações extraídas dos artigos foram ano de publicação, país de origem e objetivo, aspectos metodológicos (contexto, desenho e tipo de estudo), e elementos ligados às competências em saúde pública que consideravam promoção da saúde sustentável, alinhadas com os ODS (Agenda 2030).

Os achados foram organizados em quadros e tabelas para melhor visualização. Por não envolver pessoas, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Ainda assim, foram respeitados princípios éticos relacionados a integridade intelectual e ideias, definições e conceitos dos autores incluídos na revisão.

Resultados

A revisão de escopo resultou na inclusão de 16 estudos, publicados entre 2016 e 2024,

com diferentes delineamentos metodológicos, como estudos de caso, editoriais, análises documentais, revisões narrativas e documentos institucionais.

Foram produções nacionais e internacionais que abordaram temas diversos relacionados à saúde pública, como formação profissional, políticas intersetoriais, equidade, inovação, sustentabilidade, gestão em saúde e saúde planetária.

O Quadro 1 apresenta a caracterização dos estudos incluídos, com destaque para autor, ano, país/região, tipo de estudo, objetivos, ODS abordados e principais resultados identificados.

A análise sistemática dos 16 estudos foi conduzida de forma descritiva e estruturada e, a partir disso, foi possível identificar e agrupar saberes, habilidades e atitudes recorrentes em um quadro com 15 competências específicas para a promoção de saúde sustentável.

Quadro 1. Estudos incluídos sobre competências em saúde pública em interface com os ODS

(ID)	Autor; ano	País/região	Tipo de estudo	Objetivo	ODS abordados	Síntese dos resultados
1	Chotchoungchatchai e colaboradores; 2020 ¹²	Tailândia	Revisão narrativa	Analisar a contribuição da atenção primária à saúde (APS) para os ODS.	2, 3, 5, 6, 7, 11, 13, 16	A APS contribui para diversos ODS ao fortalecer ações intersetoriais e comunitárias.
2	Canavan CR e colaboradores; 2016 ¹³	Tanzânia e Etiópia	Estudo de caso	Investigar a integração entre saúde, nutrição e agricultura.	2, 3, 5, 6, 13	Colaboração entre setores consolidou resultados em nutrição e saúde.
3	Taminato M e colaboradores; 2023 ⁵	Brasil	Editorial	Discutir o papel da enfermagem nos ODS.	3, 4, 5, 6, 8, 10, 17	Enfermagem contribui diretamente com os ODS, especialmente saúde e equidade.
4	Scanlon A e colaboradores; 2022 ¹⁴	Internacional	Estudo documental	Associar ações de enfermeiros de prática avançada às metas do ODS 3.	3	Atuação estratégica dos enfermeiros contribui com todas as metas do ODS 3.
5	Organização Pan-Americana da Saúde; 2018 ¹⁵	Internacional	Documento institucional	Apresentar competências essenciais para cobertura universal de saúde.	3, 4, 10, 17	As competências abordam planejamento, equidade e educação para a saúde.

continua...

Quadro 1. Continuação

(ID)	Autor; ano	País/região	Tipo de estudo	Objetivo	ODS abordados	Síntese dos resultados
6	Williams GA e colaboradores; 2023 ¹⁶	Romênia	Estudo de caso	Relacionar políticas de saúde ao trabalho decente.	3, 4, 5, 8, 10, 17	Investimento na força de trabalho em saúde é essencial para os ODS.
7	Fonseca EM, Achcar HM; 2023 ¹⁷	Brasil/Moçambique	Análise de políticas	Discutir políticas de inovação e acesso a tecnologias em saúde.	3, 8, 9, 10, 12, 13, 17	A produção local promove equidade e soberania sanitária.
8	Oguijuba K, Ojoniyi O; 2023 ¹⁸	África do Sul	Estudo de caso	Analisar o impacto do Seguro Nacional de Saúde (NHI) na redução das desigualdades.	1, 3, 5, 8, 9, 10, 17	O NHI é estratégico para equidade e consolidação do sistema de saúde.
9	Ramirez-Rubio e colaboradores; 2019 ¹⁹	Internacional	Revisão narrativa	Explorar o papel da saúde urbana na implementação dos ODS.	2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17	Ambientes urbanos saudáveis exigem ações intersetoriais e baseadas em evidências.
10	McCormack J e colaboradores; 2024 ²⁰	Austrália	Estudo qualitativo	Contextualizar os ODS no currículo de nutrição e dietética.	2, 3, 6, 12, 13, 17	Currículos orientados aos ODS formam profissionais críticos e engajados.
11	Global Consortium on Climate and Health Education; 2023 ²¹	Internacional	Documento institucional	Definir competências para ação climática na saúde.	3, 6, 12, 13, 16, 17	Profissionais precisam liderar ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.
12	Atanassova MR, Ktari L; 2024 ²²	Internacional	Editorial	Relacionar nutrição, biodiversidade marinha e sustentabilidade.	2, 3, 9, 12, 13, 14, 17	Sistemas alimentares baseados em recursos marinhos são estratégicos para os ODS.
13	Rosa WR e colaboradores; 2021 ²³	Internacional	Análise crítica	Destacar a atuação de enfermeiros e parteiras nos ODS.	1, 3, 5, 13, 16, 17	A liderança de enfermeiros e parteiras promove resiliência e equidade.
14	Zhang Y e colaboradores; 2023 ²⁴	Internacional	Análise de dados globais	Avaliar o progresso dos ODS ambientais e caminhos para 2030.	13, 14, 15	A governança climática integrada é essencial para restaurar ecossistemas.

continua...

Quadro 1. Continuação

(ID)	Autor; ano	País/região	Tipo de estudo	Objetivo	ODS abordados	Síntese dos resultados
15	Racioppi F e colaboradores; 2020 ²⁵	Europa	Relatório institucional	Propor estratégias para ambientes saudáveis e equitativos.	1, 3, 10, 11, 13, 16, 17	Políticas locais saudáveis reduzem desigualdades e melhoram a saúde ambiental.
16	Belluzzo RCB; 2018 ²⁶	Brasil	Reflexão	Analisar a inter-relação entre competência em informação, mídia e os ODS.	4, 10, 12, 13, 16, 17	Defende que a competência em informação e mídia é essencial para empoderar cidadãos quanto aos ODS.

Esse processo envolveu a leitura dos textos completos, com base na frequência e na ênfase dada pelos autores a determinadas práticas profissionais, como articulação intersetorial, planejamento de políticas públicas, promoção da equidade, liderança, educação em saúde e sustentabilidade ambiental.

Na sequência, o Quadro 2 apresenta essas 15 competências em relação aos ODS que cada uma contempla. Observa-se que as habilidades mais

recorrentes dizem respeito a articulação intersetorial, equidade e justiça social, a planejamento e formulação de políticas públicas e a promoção de educação em saúde orientada para a sustentabilidade.

Além disso, os ODS 3 (saúde e bem-estar), 17 (parcerias), 10 (redução das desigualdades) e 13 (ação climática) foram os mais frequentemente associados às competências identificadas, o que revela a importância da saúde pública na agenda do desenvolvimento sustentável.

Quadro 2. Competências dos profissionais de saúde pública alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Competência mapeada	ODS atendidos	ID
1. Educação em saúde e formação profissional com foco nas necessidades da população	1-6, 8, 10, 12-15, 17	1-4, 6, 8, 10-12, 14, 15
2. Capacidade de articulação intersetorial e colaboração multiprofissional	1-17	1-3, 5-12, 14, 15
3. Planejamento e formulação de políticas públicas em saúde (intersetoriais ou locais)	1-17	1, 5-12, 14, 15
4. Gestão e valorização da força de trabalho da saúde	1, 3, 4, 5, 8, 10	3, 4, 5, 6, 8, 13, 15
5. Promoção da equidade, justiça social e igualdade de gênero	1-5, 8, 10, 12-16	1-3, 6, 7-10, 12, 13, 15
6. Gestão e resposta a riscos e emergências em saúde pública	1, 3, 13, 16	1, 3, 4, 11, 14
7. Condução de projetos de inovação e tecnologia para saúde e sustentabilidade	3, 8, 9, 12-15, 17	7, 10, 12, 14
8. Promoção da alimentação saudável, sustentável e biodiversa	2, 3, 6, 9, 12-15, 17	2, 10, 12, 14
9. Prestação de cuidados integrais e seguros a gestante, puérpera e recém-nascido, com foco na redução da mortalidade materna e infantil	1, 3, 5	4, 13

continua...

Quadro 2. Continuação

Competência mapeada	ODS atendidos	ID
10. Acesso equitativo a serviços e educação em saúde sexual e reprodutiva, com garantia de direitos e respeito à diversidade	1, 3, 5	4, 13
11. Promoção da vacinação e acesso a medicamentos essenciais	3	4, 5
12. Tomada de decisão baseada em evidências e uso de dados para ação em saúde	1- 4, 6, 8-11, 13-17	5, 6, 8-12, 14, 15
13. Mobilização de recursos e financiamento em saúde e sustentabilidade	1, 3, 8, 9, 10, 12-14, 17	7, 8, 12, 14
14. Advocacia, liderança e comunicação estratégica em saúde, clima e equidade	1, 3, 4, 5, 10, 12, 13, 16, 17	10, 11, 13, 15
15. Planejamento urbano saudável e sustentável com base em saúde pública	2, 3, 6-9, 11-13	9

Discussão

Este estudo analisou a produção de conhecimento sobre as competências necessárias a profissionais de saúde pública para atuarem na promoção de saúde sustentável, levando-se em conta os ODS. As 15 competências mapeadas para os trabalhadores da saúde estão amplamente referenciadas tanto na literatura nacional quanto na internacional, evidenciando sua relevância no cenário atual da saúde pública²⁷.

Educação em saúde e formação profissional com foco nas necessidades da população são fundamentadas em diretrizes como a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), que propõe a formação contínua com base nas demandas territoriais²⁸. Articulação intersetorial e colaboração multiprofissional estão presentes nas recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), que enfatizam a atuação conjunta de diferentes áreas para a promoção da saúde.

Quanto à formulação de políticas públicas, destaca-se o papel crucial do planejamento local e transversal, conforme preconizado pelo SUS e diretrizes da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e OMS²⁹. Gestão e valorização da força de trabalho da saúde são capacidades prioritárias em documentos como a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/1990³⁰) e estudos sobre gerenciamento de recursos humanos em saúde.

Equidade e justiça social é outra competência abordada em diversos marcos globais e nacionais, como a Agenda 2030 da ONU e a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). A administração e resposta a riscos e emergências, especialmente em saúde pública, são fundamentais em políticas sanitárias de crise, como a PNEPS e nos planos globais da OMS para reações rápidas a surtos³¹.

Outro ponto de destaque nas estratégias da OMS e políticas públicas é inovação tecnológica na saúde e sustentabilidade, além da promoção de alimentação saudável inserida na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e como estratégia de saúde global.

Também vale ressaltar os cuidados a gestantes e recém-nascidos, com foco na redução da mortalidade materna e infantil, que fazem parte de programas como o Saúde da Família e da própria OMS^{32,33}. Ainda nesse âmbito, o acesso equitativo a serviços de saúde sexual e reprodutiva é reafirmado em políticas globais (OMS/ONU), que o defendem como questão de justiça social. Promoção da vacinação e acesso a medicamentos essenciais também são abordados por esses órgãos com diretrizes que visam garantir cobertura universal e redução de doenças preveníveis^{1,4,29}.

Tomada de decisão baseada em evidências, mobilização de recursos e financiamento para sustentabilidade dos sistemas de saúde²⁹, advocacia, liderança e comunicação estratégica em saúde, clima e equidade são outros tópicos centrais

nas estratégias da OMS, OPAS e agendas de sustentabilidade^{1,2}.

Embora o mapeamento das capacidades reforce a importância de formação abrangente e intersectorial, observaram-se lacunas na literatura analisada. Algumas competências, como inovação tecnológica, alocação de recursos e liderança em saúde climática, ainda aparecem de forma incipiente, especialmente em países de baixa e média renda.

Além disso, os ODS relacionados à saúde planetária (ODS 14 e 15) foram pouco explorados, mostrando a necessidade de ampliar a integração das dimensões ambientais na prática da saúde pública. Esses achados indicam que, para reforçar o compromisso dos profissionais com a Agenda 2030, é preciso estimular novas abordagens educativas, revisar diretrizes curriculares e incentivar pesquisas que aprofundem habilidades emergentes e contextualmente sensíveis.

Ainda que nosso estudo tenha identificado competências recorrentes como liderança, comunicação, gestão do trabalho e tomada de decisão, é importante reconhecer lacunas na literatura sobre o desenvolvimento de competências em saúde pública. MacKay e colaboradores³⁴ identificaram predominância de estudos voltados ao desenvolvimento de referenciais de competências fundamentais e ao desenvolvimento profissional de trabalhadores da saúde pública de forma geral. Entretanto, os autores destacam a necessidade de ampliar pesquisas direcionadas às especificidades das diferentes disciplinas que compõem o campo da saúde pública, incluindo o desenvolvimento de competências e referenciais voltados a áreas especializadas de atuação.

Essa lacuna reforça a importância de avançar de referenciais generalistas para abordagens capazes de contemplar competências específicas relacionadas a diferentes campos de atuação e aos desafios emergentes da saúde pública.

Por outro lado, as implicações políticas e educacionais dessas competências são robustas. No contexto dos graduados em políticas de saúde, Doshmangir e colaboradores³⁵ argumentam que habilidades em análise de políticas públicas, avaliação de impacto, governança e pensamento crítico são tão essenciais quanto competências técnicas, mas frequentemente são sub-representadas nos currículos.

Soto-Schulz e colaboradores³⁶, direcionado às competências necessárias para a atuação de gestores da atenção primária à saúde, destacam a importância da formação na área da saúde associada a conhecimentos em administração e ao uso de indicadores gerenciais. Entre as competências fundamentais para o exercício da função, sobressaem liderança, trabalho em equipe, capacitação, comunicação e capacidade de reconhecer habilidades nos demais profissionais. Segundo os autores, essas competências, associadas a atitudes flexíveis e autônomas, favorecem o desempenho de gestores diante das diferentes necessidades e desafios apresentados nos diversos contextos da atenção primária à saúde.

Além disso, novos desafios demandam a ampliação do escopo das competências em saúde pública. Estudos recentes apontam a necessidade de desenvolver capacidades relacionadas a mudanças climáticas, eventos climáticos extremos e resiliência ambiental, considerando seus impactos crescentes sobre a saúde das populações³⁷. Propõe-se, portanto, que futuros estudos considerem, além das competências tradicionalmente reconhecidas, aquelas relacionadas a inovação, clima e resiliência, de modo a responder às novas demandas e aos diferentes contextos de atuação em saúde pública.

Do mesmo modo, as constantes transformações tecnológicas demandam que trabalhadores da saúde pública desenvolvam competências voltadas a inovação e colaboração interdisciplinar. Propõe-se, portanto, que futuros estudos considerem não apenas competências já tradicionais, mas também aquelas relacionadas a inovação, mudanças climáticas e resiliência, de modo a ampliar a capacidade de resposta de profissionais aos desafios emergentes da saúde pública.

Considerações finais

Os desafios atuais da saúde pública exigem competências alinhadas aos princípios da Agenda 2030, que levem em conta aspectos éticos, políticos, comunicacionais, ambientais e educativos. Lacuna importante é a falta de integração de algumas dessas capacidades nos currículos de formação dos trabalhadores da saúde no Brasil, especialmente em áreas como gestão pública, inovação tecnológica,

articulação entre equipes, mobilização de recursos, advocacia e planejamento urbano.

Essas habilidades exigem qualificação interdisciplinar, geralmente oferecidas em pós-graduações ou treinamentos. Ademais, recomenda-se integrar essas competências nos currículos de saúde pública e em processos de educação permanente, avaliação de desempenho e políticas públicas, incentivando práticas interdisciplinares e comprometidas com os ODS, de forma a criar redes de saúde mais resilientes e justas.

Este estudo apresenta limitações como viés de publicação, uma vez que pesquisas não publicadas,

com resultados menos expressivos, podem não ter sido encontradas pela estratégia de busca. A heterogeneidade metodológica dos artigos incluídos também impôs desafios à análise comparativa, dificultando a identificação de padrões mais robustos entre os achados.

Além disso, observou-se concentração geográfica das publicações em determinados países, o que pode comprometer a generalização dos resultados para contextos com menor representatividade na literatura, especialmente em regiões de baixa e média renda.

Referências

1. Organização das Nações Unidas. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [Internet]. Rio de Janeiro: UNIC Rio; 2015 [acesso 5 set 2025]. Disponível: <https://bit.ly/3UphMI4>
2. United Nations Global Compact. What is the UN Global Compact? [Internet]. Geneva: UN Global Compact; 2015 [acesso 5 set 2025]. Disponível: <https://bit.ly/4csgL1Q>
3. Pompeu GM, Cruz PMM. Trabalho decente, o ODS nº 8 da Agenda 2030 da ONU e a visão de “um mundo de três zeros” de Muhammad Yunus. Rev Direito Econ Socioambiental [Internet]. 2025 [acesso 12 ago 2025];16(1):e282. DOI: 10.7213/rev.dir.econ.soc.v16i1.31056
4. Organización de las Naciones Unidas. Los ODS en América Latina y el Caribe: centro de gestión del conocimiento estadístico [Internet]. 2023 [acesso 12 set 2025]. Disponível: <https://bit.ly/3U8zN78>
5. Taminato M, Fernandes H, Barbosa DA. Enfermagem e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): um compromisso essencial. Rev Bras Enferm [Internet]. 2023 [acesso 12 ago 2025];76(6):e760601. DOI: 10.1590/0034-7167.2023760601pt
6. Brandão HP, Bahry CP. Gestão por competências: métodos e técnicas para mapeamento de competências. Revista do Serviço Público [Internet]. 2005 [acesso 12 ago 2025];56(2):179-94. DOI: 10.21874/rsp.v73.ib.8728
7. Arantes DAM. Trabalho decente: uma análise na perspectiva dos direitos humanos a partir do padrão decisório do Tribunal Superior do Trabalho [dissertação] [Internet]. Brasília: Universidade de Brasília; 2022 [acesso 12 ago 2025]. Disponível: <https://bit.ly/4xORiYM>
8. United Nations. The Sustainable Development Goals Report 2023: Special Edition [Internet]. Nova York: ONU; 2023 [acesso 12 ago 2025]. Disponível: <https://bit.ly/4wwaYQ1>
9. Shimizu HE, Sousa YSO, Apostolidis T. As representações sociais da COVID-19 dos usuários dos serviços de atenção primária no contexto da pandemia. Cien Saude Colet [Internet]. 2025 [acesso 12 jul 2025]; 30(2):1-10. DOI: 10.1590/1413-81232025302.14132023
10. Lizarondo L, Stern C, Carrier J, Godfrey C, Rieger K, Salmond S *et al.* Chapter 8: mixed methods systematic reviews. In: Aromataris E, Munn Z, editores. JBI manual for evidence synthesis [Internet]. Adelaide: JBI; 2020 [acesso 2 set 2025]. DOI: 10.46658/JBIMES-20-09
11. Tricco AC, Lillie E, Zarin W, O'Brien KK, Colquhoun H, Levac D *et al.* Prisma extension for scoping reviews (Prisma-ScR): checklist and explanation. Ann Intern Med [Internet]. 2018 [acesso 9 set 2025];169(7):467-73. DOI: 10.7326/M18-0850
12. Chotchoungchatchai S, Marshall AI, Witthayapipopsakul W, Panichkriangkrai W, Patcharanarumol W, Tangcharoensathien V. Primary health care and sustainable development goals. Bull World Health Organ [Internet]. 2020 [acesso 11 ago 2025];98(11):792-800. DOI: 10.2471/BLT.19.245613

13. Canavan CR, Graybill L, Fawzi W, Kinabo J. The SDGs will require integrated agriculture, nutrition and health at the community level. *Food Nutr Bull* [Internet]. 2016 [acesso 12 set 2025];37(1):112-5. DOI: 10.1177/0379572115626617
14. Scanlon A, Murphy M, Smolowitz J, Lewis V. United Nations' sustainable development goal 3 target indicators: examples of advanced practice nurses' actions. *J Nurse Pract* [Internet]. 2022 [acesso 3 set 2025];18(10):1067-70. DOI: 10.1016/j.nurpra.2022.03.005
15. Organização Pan-Americana da Saúde. Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018-2030: um chamado à ação para a saúde e o bem-estar na região [Internet]. Washington: OPAS; 2017 [acesso 9 maio 2025]. Disponível: <https://bit.ly/4zpfedv>
16. Williams GA, Rockwell OA, Greer SL. SDG8, promoting decent work and economic growth: health policies for good jobs. In: Greer SL, Falkenbach M, Figueras J, Wismar M, editores. *Health for all policies: the co-benefits of intersectoral action. European Observatory on Health Systems and Policies* [Internet]. Cambridge: Cambridge University Press; 2024 [acesso 10 set 2025]. p. 130-48. DOI: 10.1017/9781009467766.008
17. Fonseca EM, Achcar HM. SDG9, industry, innovation and infrastructure: technology and knowledge transfer as means to generate co-benefits between health and industrial sustainable development goals. In: Greer SL, Falkenbach M, Figueras J, Wismar M, editores. *Health for all policies: the co-benefits of intersectoral action. European Observatory on Health Systems and Policies* [Internet]. Cambridge: Cambridge University Press; 2024 [acesso 5 set 2025]. p. 149-71. DOI: 10.1017/9781009467766.009
18. Ogujiuba K, Ojoniya O. SDG10, reduced inequalities: the effect of health policy on inequalities: evidence from South Africa. In: Greer SL, Falkenbach M, Figueras J, Wismar M, editores. *Health for all policies: the co-benefits of intersectoral action. European Observatory on Health Systems and Policies* [Internet]. Cambridge: Cambridge University Press; 2024 [acesso 19 ago 2025]. p.172-92. DOI: 10.1017/9781009467766.010
19. Ramirez-Rubio O, Daher C, Fanjul G, Gascon M, Mueller N et al. Urban health: an example of a "health in all policies" approach in the context of SDGs implementation. *Global Health* [Internet]. 2019 [acesso 11 ago 2025];15(1):87. DOI: 10.1186/s12992-019-0529-z
20. McCormack J, Noble C, Rutherford S, Ross LJ, Bialocerkowski A. Integrating the sustainable development goals into health professions' curricula: using the nominal group technique to guide their contextualisation. *BMC Med Educ* [Internet]. 2024 [acesso 12 set 2025];24(1):972. DOI: 10.1186/s12909-024-05968-0
21. Global Consortium on Climate and Health Education. Climate & health core concepts for health professionals [Internet]. Nova York: Columbia Mailman School of Public Health; 2023 [acesso 12 maio 2025]. Disponível: <https://bit.ly/4geLJvp>
22. Atanassova MR, Ktari L. Nutrition and sustainable development goal 14: life below water. *Front Nutr* [Internet]. 2024 [acesso ago set 2025];11. DOI: 10.3389/fnut.2024.144166
23. Rosa WE, Catton H, Davidson PM, Hannaway CJ, Iro E, Klopper HC et al. Nurses and midwives as global partners to achieve the sustainable development goals in the Anthropocene. *J Nurs Scholarsh* [Internet]. 2021 [acesso 12 jul 2025];53(5):552-60. DOI: 10.1111/jnu.12672
24. Zhang Y, Li Y, Liu J. Global decadal assessment of life below water and on land. *iScience* [Internet]. 2023 [acesso 12 set 2025];26(4):106420. DOI: 10.1016/j.isci.2023.106420
25. Racioppi F, Martuzzi M, Matić S, Braubach M, Morris G, Krzyżanowski M et al. Reaching the sustainable development goals through healthy environments: are we on track? *Eur J Public Health* [Internet]. 2020 [acesso 12 jul 2025]; 30(suppl 1):i14-i18. DOI: 10.1093/eurpub/ckaa028
26. Belluzo RCB. Competência em informação (CoInfo) e midiática: inter-relação com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável sob a ótica da educação contemporânea. *Folha de Rosto* [Internet]. 2018 [acesso 12 set 2025];4(1):15-24. Disponível: <https://bit.ly/3TVEPE7>
27. Boneth SSNS, Marques EJG, Marques EF. Saúde para todos: desafios e oportunidades para as políticas públicas de saúde no Brasil. *Periódicos Cedigma* [Internet]. 2025 [acesso 22 ago 2025];1(2):40-7. DOI: 10.5281/zenodo.15080130
28. Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2009 [acesso 12 set 2025]. Disponível: <https://bit.ly/4qoPyTm>

29. Organização Mundial da Saúde. Estratégia global de recursos humanos para a saúde: força de trabalho 2030 [Internet]. Genebra: OMS; 2006 [acesso 10 jul 2025]. Disponível: <https://bit.ly/4x7ApZv>
30. Brasil. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União [Internet]. Brasília, 20 set 1990 [acesso 12 ago 2025]. Seção 1. Disponível: <https://bit.ly/4qluS9r>
31. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. 2ª ed. [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2007 [acesso 12 ago 2025]. 7. Disponível: <https://bit.ly/4wAd2GM>
32. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2011 [acesso 18 ago 2025]. Disponível: <https://bit.ly/4hBkrSq>
33. World Health Organization. Recomendações da OMS sobre cuidados maternos e com recém-nascidos para uma experiência pós-natal positiva: sumário executivo [Internet]. Genebra: OMS; 2022 [acesso 10 set 2025]. Disponível: <https://bit.ly/3UqJKwR>
34. MacKay M, Ford C, Grant LE, Papadopoulos A, McWhirter JE. Developing competencies in public health: a scoping review of the literature on developing competency frameworks and student and workforce development. Front Public Health [Internet]. 2024 [acesso 10 set 2025];12:1332412. DOI: 10.3389/fpubh.2024.1332412
35. Doshmangir L, Sakha MA, Mostafavi H, Kabiri N, Ghaffarifar S, Takian A. Essential core competencies for health policy graduates: a multi-method consensus type study. Health Research Policy Syst [Internet]. 2024 [acesso 5 ago 2025];22(1):136. DOI: 10.1186/s12961-024-01221-8
36. Soto-Schulz M, Herrera-Echenique C, Brito-Díaz B, Pérez-Romero S. Competencies required for the performance of primary health care managers: a systematic review. Cad saúde pública [Internet]. 2025 [acesso 5 set 2025];41(1):e00092624. DOI: 10.1590/0102-3111XEN092624
37. Perreault-Carranza T, Ni V, Savoie J, Saucier J, Frenette J, Jbilou J. Core competencies of the public health workforce in climate change and extreme weather events preparedness, response, and recovery: a scoping review. Int J Environ Res Public Health [Internet]. 2024 [acesso 5 jul 2025];21(9):1233. DOI: 10.3390/ijerph21091233

Eduardo Neves da Cruz de Souza – Doutor – educruzz@live.com

 0000-0003-4459-0631

Michele dos Santos Hortelan – Mestra – michele.hortelan2@gmail.com

 0000-0001-6509-1618

Maria de Lourdes de Almeida – Doutora – maria.almeida2@unioeste.br

 0000-0001-7547-2991

Juana Elvira Suárez Conejero – Doutora – jesconejero@hotmail.com

 0000-0002-5376-5950

Aida Maris Peres – Doutora – aidamaris.peres@gmail.com

 0000-0003-2913-2851

Correspondência

Eduardo Neves da Cruz de Souza – Rua Major Acilino de Castro, 468, Vila Yolanda. CEP 85853-260. Foz do Iguaçu/PR, Brasil.

Contribuições dos autores

Eduardo Neves da Cruz de Souza: conceitualização; análise formal; curadoria de dados. Michele dos Santos Hortelan: conceitualização. Maria de Lourdes de Almeida: análise formal; redação - revisão e edição. Juana Elvira Suárez Conejero: redação - revisão e edição. Aida Maris Peres: metodologia; redação - manuscrito original.

Disponibilidade de dados: Todos os dados utilizados ou gerados na pesquisa estão integralmente descritos e apresentados no corpo do artigo.

Editora responsável: Dilza Teresinha Ambrós Ribeiro

Recebido: 13.9.2025

Revisado: 22.6.2026

Aprovado: 23.6.2026